

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU aponta fragilidades na transação tributária 2

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto na Câmara traz risco de lavagem com stablecoins 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Preso, Stefanutto recebia R\$ 250 mil mensais, diz PF 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário deve injetar R\$ 369,4 bi 7

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Conafer desviou 90% dos R\$ 708 milhões recebidos do INSS, diz PF 8

PORTAL UOL - REPORTAGEM
SEGURIDADE SOCIAL

INSS abriu brecha para fraude bilionária de entidades de pesca 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Estou louco para a ata do BC dizer que faço esforço fiscal relevante, mas vai chegar meu dia"
..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no preço de referência do petróleo divide setor e governo 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sem veto, reforma tributária renovará injustiça (Artigo) 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil prevê resposta rápida dos EUA sobre tarifaço 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após ano de 'ajustes' em 2025, BB buscará elevar rentabilidade 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fazenda ajusta previsão para PIB e inflação 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Crédito mostra sinais de desaceleração, e bancos adotam cautela com 2026 25

TCU aponta fragilidades na transação tributária

Ruan Amorim De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou fragilidades na governança, na transparência e no controle de transação tributária, conduzida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal**.

A transação é um instrumento que permite à administração pública negociar dívidas tributárias com contribuintes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, oferecendo propostas mais personalizadas.

Segundo o TCU, o trabalho apontou desafios na coordenação entre as duas instituições. Na auditoria foram observadas divergências nos critérios usados para avaliar a viabilidade de recuperação dos créditos e a capacidade de pagamento dos contribuintes, o que pode comprometer a uniformidade e o controle das operações.

Além disso, identificou falhas na divulgação das informações sobre os acordos. Em alguns casos, diz o TCU, as transações individuais não foram publicadas de forma completa na plataforma digital, sem detalhes sobre valores negociados, descontos e condições estabelecidas. Aproximadamente 26% dos acordos analisados não foram publicados no site da PGFN, o que violaria os princípios da Lei de Acesso à Informação.

Falhas no monitoramento do cumprimento das cláusulas dos acordos de transação também foram identificadas. Em 58% dos casos, houve celebração de acordos envolvendo empresas com parcelas vencidas ou novas inscrições em dívida ativa. A prática, segundo o TCU, infringe a obrigação de manter a regularidade fiscal no período de vigência do acordo.

O TCU encaminhou recomendações à PGFN e à **Receita Federal** para aprimorar a coordenação e a transparência da política. "Entre as medidas sugeridas estão a padronização dos procedimentos de análise e publicação dos acordos, a integração dos sistemas de controle de créditos e a adoção de mecanismos para garantir o cumprimento das condições pelos contribuintes durante toda a vigência da transação", disse.

Atualmente, há mais de 230 mil processos em tramitação nas Delegacias de Julgamento da **Receita Federal**, que somam R\$ 246,6 bilhões em valores discutidos, além de 84 mil processos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que representam cerca de R\$ 1,1 trilhão.

Segundo Haroldo Domingos, advogado tributarista e sócio do Toledo Marchetti Advogados, os apontamentos do TCU são pertinentes. O especialista ressaltou, ainda, que as recomendações destinam-se a aprimorar a condução futura e os mecanismos de supervisão, "não a desconstituir ou prejudicar as transações já firmadas ou em curso".

Djalma Rodrigues, sócio da área tributária do escritório Miguel Neto Advogados, afirma que o relatório não deve produzir efeitos automáticos sobre transações já firmadas ou que se encontram em fase avançada. "A auditoria tem caráter orientativo e busca aprimorar a governança, a transparência e os mecanismos de controle", diz.

Procuradas, PGFN e Receita não se pronunciaram.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Projeto na Câmara traz risco de lavagem com stablecoins

Alex Ribeiro

Um projeto de decreto legislativo apresentado na Câmara dos Deputados despertou preocupações no governo porque poderá facilitar o uso de criptomoedas, em especial das "stablecoins", moedas digitais com paridade em divisas como dólar, na lavagem internacional de dinheiro. A proposta, de iniciativa do deputado Rodrigo Valadares (União-SE), procura sustar

o os efeitos da Resolução n 521 do Banco Central, que dá às stablecoins referenciadas em moeda estrangeira o mesmo tratamento das operações cambiais.

Isso significa que as remessas internacionais de recursos feitas por "stablecoins" devem observar as mesmas regras de combate à lavagem de dinheiro aplicadas a todas as operações cambiais. Também trazem proteção aos brasileiros que investem nesses ativos - garantindo que as empresas são idôneas, que preservem o dinheiro custodiado dos clientes e que tenham o lastro prometido.

A regra inclui, por exemplo, a exigência de identificação completa de quem remete dinheiro para o exterior por meio de moedas virtuais e obrigação de rastreabilidade, para saber para onde foi o dinheiro enviado. Se as regras estivessem em vigor, seria mais difícil o crime organizado ter sido bem-sucedido na fraude de R\$ 1 bilhão ocorrida em maio no sistema de pagamento instantâneo. Parte do dinheiro foi remetida para o exterior por meio de operações com moedas virtuais, que, até então, não tinham regulamentação. Uma parcela dos recursos foi recuperada, porém, porque algumas instituições que atuam nesse mercado aplicaram, por iniciativa própria, controles, identificando operações de remessa fora do padrão.

o

A lei n 14.478/2022, sobre ativos virtuais, delegou ao Banco Central a tarefa de regulamentar o mercado de criptomoedas. Depois de uma ampla consulta pública, o BC aprovou, nesta semana, três resoluções sobre o assunto. Na sua justificativa, o deputado sustenta que a regulamentação pelo BC abre caminho para a taxação das remessas com moedas virtuais, como o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras

(IOF).

Hoje, as remessas cambiais, de forma geral, são passíveis de tributação, mas o Banco Central historicamente se opôs à taxação para fins de arrecadação. O IOF, na verdade, é um imposto regulatório, um recurso de última instância para lidar com graves desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Quando anunciou as medidas, o diretor de Regulação do BC, Gilneu Vivan, enfatizou que as resoluções baixadas pela autoridade monetária têm caráter exclusivamente regulatório. As questões tributárias, disse ele, ficam a cargo da **Receita Federal**. O que preocupa o governo na iniciativa do deputado é que, se a regulação for derrubada, o Brasil deixará de atender aos requisitos internacionais de combate à lavagem de dinheiro.

As recomendações 15 e 16 do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), um organismo multigovernamental, estabelecem diretrizes para combater a lavagem de dinheiro, o tráfico e o terrorismo internacionais. As recomendações incluem que as empresas de ativos virtuais sejam licenciadas por órgão do governo e submetidas a supervisão robusta. O BC impôs um capital mínimo de R\$ 10,8 milhões a R\$ 17,2 milhões a essas empresas para garantir que elas tenham recursos para manter sistemas sólidos e pessoal capacitado, evitando o mau uso das moedas virtuais. O BC vai avaliar a integridade dos sócios das empresas de moedas virtuais.

A equiparação das exigências de controle das moedas virtuais que fazem transações com moeda estrangeira às regras prudenciais e de integridade das operações de câmbio e movimento internacional de capitais também está em linha com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês). Ele estabelece o princípio de "mesma atividade, mesmo risco, mesmas regras".

Na sua justificativa, Valadares diz que a regulamentação cria uma assimetria entre as empresas brasileiras de moeda virtual e as estrangeiras - que ganhariam clientes porque não seguiriam a mesma regra.

A regra baixada pelo Banco Central, porém, determina

que as instituições reguladas que fizerem transações com empresas estrangeiras deverão se assegurar de que elas estejam sediadas em países que tenham legislação semelhante à brasileira e que cumpram todos os requisitos para se proteger contra a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades como o terrorismo.

O Valor procurou o deputado Rodrigo Valadares, mas não obteve retorno.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Preso, Stefanutto recebia R\$ 250 mil mensais, diz PF

IAGO MAC CORD

A nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), avançou para o andar de cima de investigados pela fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O ex-presidente da autarquia Alessandro Stefanutto foi preso preventivamente ontem por determinação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

De acordo com as apurações, ele recebia até R\$ 250 mil mensais em propinas no esquema que fraudava descontos em benefícios de aposentados e pensionistas. Também foi alvo o ministro do Trabalho e da Previdência no governo Bolsonaro e ex-presidente do **INSS** José Carlos Oliveira, que terá de usar tornozeleira eletrônica. Ao todo, os agentes saíram às ruas para cumprir 63 mandados de busca e apreensão - inclusive contra parlamentares -, e 10 de prisão preventiva, além de outras medidas cautelares.

Stefanutto assumiu a chefia do **INSS** em julho de 2023 e foi exonerado do cargo em abril deste ano, após as primeiras fases da ação da PF apontarem fragilidades no sistema de autorizações de descontos e indícios de irregularidade na relação entre a autarquia e entidades.

Segundo relatório da investigação que baseou a nova fase da operação, Stefanutto tinha influência na Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) e recebia propina de até R\$ 250 mil mensais utilizando empresas de fachada, como uma pizzeria, uma imobiliária e um escritório de advocacia.

Ele foi citado na investigação com o codinome "Italiano". A apuração apontou que grande parte dos pagamentos foi realizada entre junho de 2023 e setembro de 2024.

"Ficou claro que, em troca de sua influência, Stefanutto recebia propinas recorrentes, utilizando diversas empresas de fachada para ocultar os valores. O valor mensal de sua propina aumentou significativamente para R\$ 250 mil após assumir a Presidência do **INSS**. Seus pagamentos provinham diretamente do escoamento da fraude em massa da

Conafer", diz a PF.

Para os investigadores, Stefanutto exerceu "papel de facilitador" do esquema. Citou que, antes de se tornar presidente do **INSS**, ele foi procurador do órgão.

"Stefanutto agiu de forma decisiva em duas frentes: primeiro, facilitando juridicamente a celebração do ACT da Conafer em 2017; e, em segundo, blindando o esquema em sua função como presidente do **INSS**, o que resultou no aumento da propina mensal para R\$ 250 mil", concluiu a PF.

Segundo os investigadores, o pagamento de propina foi necessário para manter as fraudes de descontos não autorizados. "O pagamento de valores indevidos aos altos gestores do **INSS** era necessário porque, sem o apoio deles, seria impossível continuar com uma fraude de tamanha magnitude, que envolvia mais de 600 mil vítimas e gerava milhares de reclamações judiciais e administrativas", completou o relatório.

Em nota, a defesa de Stefanutto afirmou não ter tido acesso ao teor da decisão que decretou a prisão do cliente. A advogada Ana Paula Miranda disse que vai buscar as informações que fundamentaram o decreto para tomar as "providências necessárias".

Ela ressaltou a confiança "de que comprovará a inocência dele ao final dos procedimentos relacionados ao caso".

"Trata-se de uma prisão completamente ilegal, uma vez que Stefanutto não tem causado nenhum tipo de embaraço à apuração, colaborando desde o início com o trabalho de investigação", destacou.

Também foram detidos, ontem, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do **INSS**, e a mulher dele, Thaisa Hoffmann; André Paulo Fideis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; Vinícius Ramos da Cruz, presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT); e Tiago Abraão Ferreira Lopes, Cícero Marcelino de Souza Santos e Samuel Chrisostomo do Bonfim Júnior, ligados à Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer). A lista de mandados de prisão inclui Antônio Carlos Antunes Camilo, o "Careca do **INSS**", mas ele está detido desde setembro.

Ex-ministro

Por sua vez, José Carlos Oliveira - que mudou de nome para Ahmed Mohamad Oliveira após conversão ao islamismo - assumiu a função de diretor de Benefícios do **INSS**, em maio de 2021, e chegou ao comando do órgão naquele mesmo ano. Deixou o posto em março de 2022, quando foi escolhido ministro do Trabalho e da Previdência pelo então presidente Jair Bolsonaro. Ele passa a usar tornozeleira eletrônica.

Entre os alvos de busca e apreensão, estavam, ainda, o deputado federal Euclides Pettersen (Republicanos-MG) e o deputado estadual do Maranhão Edson Araújo (PSB-MA), também vice-presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBFA), uma das associações sob investigação.

Todos os alvos são suspeitos de crimes como inserção de dados falsos em sistemas oficiais, constituição de organização criminosa, estelionato previdenciário, corrupção ativa e passiva, além de atos de ocultação e dilapidação patrimonial (lavagem de dinheiro). O esquema de descontos associativos não autorizados por aposentados e pensionistas causou um prejuízo de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Ao longo da ação, foram apreendidos dinheiro em espécie, no Maranhão e em Minas Gerais, em notas de R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, além de dólares americanos. A PF também apreendeu armas e munições, em Goiás e em Minas, e veículos de luxo avaliados em mais de R\$ 600 mil, em São Paulo e Brasília.

As diligências de ontem ocorreram em Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal.

Em resposta ao escândalo, o governo federal anunciou, em julho, a devolução dos valores descontados indevidamente às vítimas.

A contestação dos descontos indevidos foi prorrogada até 14 de fevereiro de 2026, e aqueles que foram prejudicados pela fraude poderão solicitar o dinheiro de volta. (Com Agência Brasil)

**

Ex-presidentes implicados

Ex-presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto foi nomeado para o cargo em 11 de julho de 2023 pelo

então ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. À época da nomeação, Lupi não economizou nos elogios ao escolhido e chegou a dizer que ele não "se deixa dobrar por interesses menores". Antes da presidência do **INSS**, Stefanutto esteve à frente da Procuradoria Federal Especializada junto ao **INSS** de 2011 a 2017.

Já o também ex-presidente do **INSS** e ministro da Previdência no governo de Jair Bolsonaro, José Carlos Oliveira, foi aposentado pelo **INSS** em outubro deste ano. Oliveira, que passou a se apresentar como Ahmed Mohmad, tornou-se diretor de benefícios do **INSS** em maio de 2021 e foi alçado a presidente do órgão em setembro do mesmo ano. Em março de 2022, foi nomeado ministro do Trabalho e da Previdência por Bolsonaro.

Também foi técnico do seguro social e ocupou a Diretoria de Benefícios do **INSS**. Ainda atuou como superintendente do órgão na Região Sudeste.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8025/14-11-2025.html?all=1>

13º salário deve injetar R\$ 369,4 bi

O pagamento do 13º salário deve injejar R\$ 369,4 bilhões na economia brasileira até o dia 20 de dezembro, de acordo com cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O valor equivale a cerca de 2,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e beneficiará 95,3 milhões de brasileiros. A gratificação é paga a trabalhadores com carteira assinada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), **servidores públicos** e aposentados e pensionistas do **INSS** e do setor público.

Por lei, a liberação da primeira parcela deve ser feita até 30 de novembro. Como neste ano a data cairá no domingo, a legislação determina que empresas antecipem o depósito para o último dia útil bancário do mês, que será na sexta-feira, dia 28. Para receber o 13º, o profissional deve ter trabalhado por pelo menos 15 dias no mês.

As empresas podem ainda optar por pagar o benefício em uma única parcela, mas não há consenso se o pagamento deve ser feito até 30 de novembro ou até 20 de dezembro.

Do total previsto, R\$ 260 bilhões (70,4%) serão pagos a empregados formais, enquanto R\$ 109,5 bilhões (29,6%) irão para aposentados e pensionistas.

Beneficiários do **INSS** recebem ao todo R\$ 64,8 bilhões; aposentados e pensionistas da União ficarão com uma fatia de R\$ 9,9 bi; R\$ 20,5 bilhões serão pagos a aposentados e pensionistas dos estados e R\$ 14,2 bilhões aos dos municípios.

A maior parte de quem receberá o 13º é formada por trabalhadores do mercado formal, que representam 62,5% do total, seguidos por 36,6% de aposentados e pensionistas do **INSS** e 1% de servidores aposentados e pensionistas da União (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/publ/jornaldebrasil>

Conafer desviou 90% dos R\$ 708 milhões recebidos do INSS, diz PF

Do UOL, em São Paulo

A Polícia Federal afirma que a Conafer (Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais) desviou para empresas de fachada 90,5% do montante recebido do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) no período de cinco anos.

R\$ 640,9 milhões foram desviados para contas de operadores financeiros ligados ao grupo, além de empresas de fachada, diz a PF. No total, a entidade recebeu R\$ 708,2 milhões do **INSS** no período de cinco anos. O UOL questionou a corporação sobre as datas exatas em que o dinheiro citado foi desviado.

A Conafer é uma das principais entidades investigadas pelos descontos irregulares em benefícios do **INSS**. Segundo as investigações, ela fez transações atípicas que somam R\$ 796,8 milhões entre 2022 e 2025.

Para obter descontos indevidos, a entidade enviava ao **INSS** listas de beneficiários que não autorizaram filiação ou contribuição associativa. Segundo a PF, "milhares de nomes" de aposentados e pensionistas foram enviados após o acordo de cooperação técnica firmado entre a Conafer e o **INSS** em 2017.

Quando questionada por órgãos fiscalizadores, como a CGU (Controladoria-Geral da União), Conafer prometia cancelamentos e restituições em dobro. A entidade teria fraudado a vontade dos beneficiários do **INSS** por meio de fichas de filiação falsificadas ou assinadas de forma "ardil".

A organização tinha divisão hierárquica e funções definidas, segundo as investigações. Em relatório enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal), a PF diz que a Conafer tinha três núcleos responsáveis pelos descontos indevidos de aposentados:

O presidente da Conafer é apontado pela PF como "líder e mentor intelectual do esquema criminoso". Segundo o relatório, Carlos Roberto Ferreira Lopes determinava a obtenção de assinaturas de beneficiários em visitas domiciliares. Depois, os formulários eram convertidos em fichas de filiação associativa falsas.

Carlos decidia como se daria a distribuição dos

recursos desviados, de acordo com a PF. Ele tinha poder decisório sobre os demais núcleos e era responsável pela manutenção da cadeia de pagamentos ilícitos. Há um mandado de prisão aberto contra ele -que ainda não foi cumprido.

Cícero Santos era o operador financeiro do esquema, segundo a PF. O relatório afirma que ele movimentou centenas de milhões de reais e repassou "quantias expressivas" a **servidores públicos** e agentes políticos, a quem se referia como "heróis" ou "amigos". Ele foi preso na operação da PF hoje.

O que diz o deputado Pettersen

Em nota, o parlamentar do Republicanos disse acreditar na importância de investigações sérias. "Para alguns, um fim, e para outros, uma libertação", afirmou.

"Acredito na Justiça, na verdade e na importância das investigações sérias, conduzidas dentro da legalidade e com total transparência", concluiu.

O que diz a Conafer

Em nota, a Conafer critica "a utilização de prisões e de exposição midiática como mecanismo de condução política de narrativas" e afirma "estar disposta a cooperar plenamente com as autoridades competentes para elucidação dos fatos e para que a verdade jurídica se imponha".

"Os impactos práticos dessa operação já são evidentes e gravíssimos. A paralisação forçada de nossas atividades prejudica milhares de famílias do campo, povos indígenas e comunidades tradicionais que dependem das ações técnicas, de saúde e de geração de renda promovidas pela Conafer", acrescenta a confederação nacional.

O UOL tenta contato com André Luiz Martins Dias, Carlos Roberto Ferreira Lopes e Cícero Marcelino de Souza Santos.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/11/14/conafer-desviou-90-dos-r-708-milhoes-recebidos-do-inss-diz-pf.htm>

INSS abriu brecha para fraude bilionária de entidades de pesca

Natália Portinari

As fraudes no seguro-defeso, benefício pago pelo governo federal a pescadores artesanais, cresceram com a omissão do **INSS**, mostra um levantamento do UOL.

O órgão permite que entidades investigadas por desvios e falsificações continuem inscrevendo milhares de supostos pescadores no seguro.

São as entidades com acordos de cooperação com o **INSS** -e não pessoas físicas- as principais responsáveis por inscrever pescadores no seguro, de acordo com informações obtidas pelo UOL via LAI (Lei de Acesso à Informação).

Em 2024, de 1,1 milhão de beneficiários, 813 mil foram inscritos para receber o seguro através dos acordos de cooperação técnica. É o mesmo instrumento que foi usado para fazer descontos nas contas de aposentados.

Por isso, a relação das entidades de pesca com o **INSS**, que já estava na mira da investigação da Polícia Federal no caso dos aposentados, também está sob suspeita no caso do defeso.

Em fevereiro de 2022, a Polícia Federal apontou em uma investigação no Pará que dirigentes de entidades estavam inflando os números, desviando recursos públicos e coagindo trabalhadores a darem parte de seu benefício.

Dois anos depois, em 2024, o **INSS** permitiu que as mesmas entidades investigadas por fraudes inscrevessem pelo menos 135 mil beneficiários no estado para receber o seguro.

Dados obtidos pelo UOL mostram que, de 2020 a 2025, o **INSS** assinou acordos com 705 entidades de pesca em todo o país. Nesse período, o número de beneficiários do seguro-defeso chegou a um volume muito maior do que se estima haver pescadores.

Os acordos levaram o pagamento do seguro a sair do controle. Com base em dados do IBGE, fontes do Ministério da Previdência estimam que o número de pescadores artesanais no Brasil circule em torno de 350 mil, um terço dos que recebem hoje o benefício.

Segundo esse cálculo, apenas em 2024, o prejuízo provocado pelas fraudes pode chegar a até R\$ 4 bilhões, dois terços dos R\$ 5,9 bilhões pagos.

O seguro-defeso é pago para proteger o meio ambiente, compensando os meses em que os trabalhadores são proibidos de pescar determinadas culturas de pescado.

No início de outubro, o Ministério da Pesca e Aquicultura anunciou o cancelamento de 131 mil registros de "pescadores fantasmas". Cerca de 100 mil estavam no Maranhão, estado onde as inscrições dispararam nos últimos anos.

A atuação das entidades é concentrada no Maranhão, Pará e Piauí, estados onde os números de pescadores não batem com a população dos municípios, como mostrou o UOL.

As colônias de pescadores, em nível municipal, têm acordo com federações estaduais que, por sua vez, são coligadas em uma confederação nacional. A maior, hoje, é a CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura).

A CBPA foi criada em 2020 por Abraão Lincoln Ferreira, um dos principais sindicalistas da pesca, para contornar uma decisão judicial que o proibiu de assumir um cargo no Piauí enquanto respondia a ações criminais.

A acusação a que ele responde é de liderar uma organização criminosa que vendia ilegalmente licenças de pesca industrial, com participação de servidores do Ministério da Pesca. Os fatos ocorreram em 2015, e o processo está em andamento até agora.

Ligado à Força Sindical, Abraão também é investigado pela Polícia Federal pela suspeita de fraudes nos descontos associativos de aposentados por parte da CBPA.

Procurado, ele não respondeu. Em maio, negou ter cometido irregularidades e atribuiu as fraudes no seguro-defeso a terceiros.

Quando a CBPA procurou o **INSS** para firmar um acordo de cooperação técnica, um parecer da área

jurídica do órgão, de janeiro de 2022, destacou as denúncias contra Abraão e recomendou que o instrumento não fosse assinado, já que as denúncias fragilizariam o interesse público que deveria ser o objetivo de um acordo desse tipo.

Edson Akio Yamada, então diretor de benefícios, reconsiderou a decisão e permitiu que o acordo fosse celebrado em novembro de 2022. Yamada é investigado pela PF, suspeito de participação nas fraudes nos descontos através desse e outros ACTs.

O acordo deu legitimidade à CBPA que, embora deixasse às colônias o papel de fazer as inscrições, passou a movimentar milhões em suas contas.

Yamada foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal ontem, como parte da investigação sobre fraudes na conta de aposentados.

Na CBPA, Abrãao Lincoln e Juscelino do Peixe (Solidariedade) -integrante da confederação, aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e ex-superintendente federal da Pesca em seu estado- também sofreram buscas .

O UOL também procurou Juscelino, mas não obteve resposta.

O pagamento do seguro-defeso bateu recorde de R\$ 5,9 bilhões em 2024, e está sob investigação da CGU (Controladoria-Geral da União) por suspeita de fraudes e desvios.

Segundo o governo, entidades são suspeitas de coagir trabalhadores a entregar parte do benefício e de inscrever falsos pescadores para ganhar o seguro, de um salário mínimo por até cinco meses.

Em resposta ao UOL , o **INSS** afirmou que, mesmo com o acordo, é preciso obter a autorização assinada do beneficiário do seguro-defeso para a inscrição.

"É necessário obter autorização expressa do usuário, por meio de Termo de Representação e Autorização de Acesso às Informações Previdenciárias, com indicação específica do requerimento a ser protocolado", disse a autarquia.

Sobre os acordos, afirmou que "têm o objetivo de ampliar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários, tais como o seguro-desemprego do pescador artesanal".

"Esses acordos permitem que as entidades parceiras realizem, em favor de seus representados, atividades de orientação, instrução e preparação de requerimentos, os quais são posteriormente

analisados pelo **INSS**, que detém a competência exclusiva para o reconhecimento do direito ao benefício."

Os acordos do **INSS** com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também estão na mira das autoridades, já que permitem que qualquer advogado solicite a inscrição no defeso.

No ano passado, advogados de seccionais da OAB em diferentes estados inscreveram 103 mil pessoas no seguro. Quase todas as solicitações vieram do Maranhão, Piauí e Pará, estados em que estão concretadas as fraudes, segundo fontes ligadas às investigações.

A PF e a CGU encontraram situações em que advogados oferecem para inscrever qualquer pessoa no defeso, seja ela ou não pescador, para ficar com uma parte do dinheiro.

Procurada, a Ordem dos Advogados do Brasil não respondeu.

Em nota, em julho, a CBPA afirmou que não tem poder para cadastrar pescadores no seguro-defeso. "Quem realiza esse processo são as entidades de base - colônias, associações e sindicatos de pescadores- por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o **INSS**, conforme previsto na legislação."

"Distorcer essa estrutura para atacar a pesca artesanal é irresponsável e desonesto. A CBPA apoia toda fiscalização e repudia qualquer prática irregular."

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/11/14/inss-abriu-brecha-para-fraude-bilionaria-de-entidades-de-pesca.htm>

"Estou louco para a ata do BC dizer que faço esforço fiscal relevante, mas vai chegar meu dia"

FERNANDO DANTAS ALVARO GRIBEL CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

Fernando Haddad - Advogado, mestre em Economia e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo; foi prefeito de SP (2013-2016)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz não enxergar na questão fiscal a causa de a taxa básica de juros permanecer em 15% ao ano, como manteve o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na semana passada. Questionado se deveria agradecer à autoridade monetária pelo recente controle da **inflação**, Haddad respondeu que é o presidente da instituição, Gabriel Galípolo, que tem agradecido o esforço fiscal coordenado pelo ministro.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, ele disse que o Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliou o ajuste fiscal brasileiro como o terceiro mais ousado do mundo e que gostaria de ver menção ao trabalho da Fazenda também na ata do Copom. "Estou louco para ver uma ata do Banco Central dizendo que eu estou fazendo um esforço fiscal relevante, como fez o FMI. Mas vai chegar meu dia." Haddad repetiu que não há justificativa para a Selic estar no patamar atual. Ele disse que "rodou" dois modelos econométricos reconhecidos no mercado e que um deles mostrou que, se a Selic estivesse atualmente em 12% ao ano, a **inflação** seria ampliada em apenas 0,20 ponto porcentual. Ele reconheceu, no entanto, que há outras variáveis envolvidas e que a decisão é tomada por pessoas, não apenas pelo modelo.

Em outra passagem da entrevista, Haddad disse estar satisfeito com sua atuação à frente da pasta e que já entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva tudo o que lhe foi encomendado.

Ele deixou em aberto a sua continuidade no cargo caso Lula seja reeleito. "Não sei se tenho pretensão de continuar na Fazenda", considerou.

Haddad também comentou o pedido do presidente para fazer estudo sobre a gratuidade de transporte público, tema alavancado pelo deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Para muitos, inclusive no governo, essa

poderia ser a principal bandeira da campanha de 2026, além da ampliação da isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil - que deve ser sancionada na próxima semana.

O ministro afirmou, porém, que não vai ter pressa em terminar esse estudo e que a medida não é para o ano que vem. Haddad explicou que reuniu sua equipe para começar a tratar do tema na semana passada e que há muitas possibilidades sobre a mesa. De qualquer forma, segundo ele, um projeto só irá adiante se for neutro do ponto de vista fiscal, ou seja, se tiver alguma fonte de compensação.

O ministro também relatou que não há novidades sobre um eventual reajuste para o Bolsa Família no ano que vem.

"Ninguém falou comigo sobre isso."

"Já falei que entreguei (no ministério) tudo aquilo que ele (Lula) encomendou"

Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Se Lula ganhar em 2026, há chance de um ajuste fiscal mais robusto, tocando em temas sensíveis como salário mínimo e a vinculação de Saúde e Educação à receita?

O arcabouço fiscal, conceitualmente, é a legislação mais avançada que nós já tivemos. Porque ele trabalha a receita e a despesa concomitantemente - o que não acontecia com o teto de gastos. Mas algumas despesas obrigatórias, pela dinâmica própria saem da lógica do arcabouço fiscal. Isso vai ter que ser repensado.

O que impede o governo de tocar a agenda dessas despesas obrigatórias?

No ano passado, nós medimos temperatura e pressão no Congresso Nacional para saber o que passava. Porque o deputado também não gosta de votar, ainda mais em temas tão sensíveis quanto esses. Para a minha surpresa, eles não aprovaram sequer aquilo que nós encaminhamos - como, por exemplo, a

indexação dos fundos constitucionais. Eu queria trazer tudo para IPCA, como é no Fundo de Desenvolvimento Regional da **reforma tributária**.

Não conseguimos.

Também houve resistência a mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sim, em alguns limitantes de elegibilidade de programas sociais também houve uma grande dificuldade. A Câmara votou, o Senado barrou. Então, há muita sensibilidade no Congresso Nacional. A Simone (Tebet, ministra do Planejamento) foi até mal interpretada, porque ela falou que nós vamos abrir uma janela de oportunidade de novo para dialogar com o Congresso, para esse tipo de discussão ser feita de uma maneira serena. Agora, em defesa do trabalho que eu e a Simone estamos fazendo: todo mundo dizia "não vai cumprir meta", "vai mudar meta".

Eu não sou desses. Acho que a área econômica perde a credibilidade quando começa a mudar regra. Este ano e no ano que vem, estou bastante seguro de que vamos cumprir, com as medidas que estamos tomando.

O FMI considerou o ajuste fiscal brasileiro o terceiro mais ousado do mundo. Porque o Fundo viu também o que eu herdei. É fácil aprovar o Fundeb jogando a conta para o sucessor.

"Ah, é despesa do Haddad".

Não, não é.

Por que é tão difícil convencer o Congresso do problema das despesas obrigatórias?

É difícil convencer alguém de que o problema é o piso salarial da Educação, quando você tem R\$ 20 bilhões sendo gastos em desacordo com a Constituição nos supersalários. Eu sentei com os comandantes das três Forças para negociar uma pequena mudança da Previdência, negocie com deputados e senadores a questão dos fundos constitucionais, mas não teve apelo. No BPC e seguro- defeso, ninguém está querendo tirar direito de ninguém.

No caso do seguro-defeso é a terceira medida que a gente manda. Foram três tentativas.

Duas frustradas e uma de implementação.

Mas a gente não viu o presidente Lula apontando essas pautas. Não falta uma presença mais incisiva do presidente?

Mas foi ele que enviou tudo isso.

O presidente aponta o caminho.

Eu já aprovei tanta coisa no Congresso - **reforma tributária**, reforma do crédito, reforma do seguro, corte de benefício fiscal. Nós estamos encontrando caminhos para não permitir um desaquecimento irracional da economia. Eu mesmo defendi que a gente mandasse o Orçamento com crescimento de 2,5% (do **PIB**), tendo crescido 3,4% no ano anterior.

Eu não sou daqueles que querem crescer a qualquer custo, não é assim que se faz. Você tem de crescer com equilíbrio e sustentabilidade. Eu brinco que a gente governa com uma chave de fenda, e não com uma serra elétrica.

Por que não deu para resolver o problema dos precatórios em quatro anos e o governo precisa de mais dez?

Porque o precatório galopou de um jeito que saiu completamente fora do controle. O (Jorge) Messias (advogado-geral da União) tem feito um grande trabalho de trazer esse número (para baixo), com boa advocacia.

Os juros reais estão muito elevados e o mercado atribui esse patamar à questão fiscal. Como o sr. avalia?

Acredito que nem precise estar com esse juro alto. Eu comparo o Brasil com outros países e não justifica essa taxa de juros.

O Brasil já teve situação fiscal muito pior do que a atual, com juros muito mais baixos.

Mas não de dívida, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta dívida em 100% do **PIB** em dez anos.

Projeção de dívida tem para todo o gosto. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: se você mantiver 10% de juros cada ano, vai passar de 100%. Mas ninguém acredita que isso seja necessário. É muito difícil, entre os economistas, uma divergência sobre se as taxas de juros têm de subir em um determinado momento. Geralmente a discussão se dá em torno da dose. Até onde você vai? E, nesse ponto, é natural que haja divergência. Estive com os bancos na semana passada e o senso comum ali, com uma exceção, é de que os juros já deveriam estar caindo. Isso significa que alguém está sendo mais irresponsável do que o outro?

Um está olhando para o dado, o outro não está olhando para o dado, está olhando para a eleição? Não é verdade. Aqui na Fazenda todo mundo olha

para dado. No Planejamento, todo mundo olha para a dado.

O que o governo pode fazer para reduzir os juros em um eventual quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

Todo mundo tem modelo: o banco tem modelo, a Fazenda tem modelo, o Banco Central tem modelo. Eu vi rodar dois modelos respeitados pelo mercado: um com juros a 15% (ao ano) e outro com 12%. Eu falei: roda os dois e vê o que acontece.

Deu 0,2 ponto porcentual a diferença de **inflação** no fim do horizonte relevante, de 3,3% e 3,1%. Por isso que a trajetória é tão importante. Isso não é desmerecer ninguém.

Eu vejo os editoriais falando do Haddad, mas o Trump também não para de falar do Powell (Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, o banco central americano).

Mas o sr. acha que o Trump é uma boa referência?

Eu falo educadamente de um assunto técnico, respeitando quem pensa diferente de mim.

Eu não diminuo a importância ou o conhecimento de ninguém.

Agora, evitar o debate público... Quer dizer, eu sou ministro da Fazenda, não posso falar do assunto quando 300 caras lá da (avenida) Faria Lima (centro financeiro de nacional) falam? O debate é saudável, não tem problema.

Mas não dá para dizer que deu certo o choque de juros?

Mas ninguém está dizendo que está dando errado o Brasil. Eu sou o primeiro a dizer que está dando certo. Eu aqui da Fazenda tenho que prestar atenção em todas as variáveis da economia.

Inflação é uma delas. Eu tenho a questão do emprego, do crescimento, da saúde financeira das empresas que estão produzindo, do mercado de trabalho, de como isso vai impactar para frente, inclusive a **inflação**.

Tem uma série de coisas que eu tenho que olhar e eu posso, com base nesse conhecimento, emitir opinião a respeito, que não é para ofender ninguém.

O sr. já agradeceu o Banco Central por ele estar baixando a **inflação**?

Ele me agradece direto, também, no discurso fiscal que eu faço. A gente se agradece. Estou louco para ver uma ata do Banco Central dizendo que eu estou fazendo um esforço fiscal relevante, como fez o FMI.

Mas vai chegar meu dia.

O senhor avalia que o impacto do tarifaço imposto pelos EUA na economia foi menor do que o esperado?

Olha, o Mauro (Vieira, ministro de Relações Exteriores) está no G-7, conversando agora com o (Marco) Rubio (secretário de Estado dos EUA), e a reunião técnica da qual nenhum ministro participou foi uma conversa boa. Eles apresentaram uma série de problemas, nós mandamos uma carta concreta de qual é a nossa expectativa em relação a isso. O Senado (dos EUA) já analisou, já não gostou, o preço do café explodiu, o preço da carne explodiu. No dia que saiu o tarifaço, eu falei: É um tiro no pé. É um problema maior para eles do que para nós. Eles compram commodity, vai subir os preços lá, o café da manhã vai ficar mais caro, não vai afetar macroeconomicamente o Brasil como eles imaginavam, embora os setores tenham sido afetados.

Cá entre nós, a previsão se confirmou.

E fizemos o Plano Brasil Soberano (para socorrer empresas atingidas pelo tarifaço), estamos com R\$ 10 bilhões encaminhados, mas também não explodiu a demanda por crédito barato.

O sr. acha que ainda precisa do programa?

Vai terminar agora, né? A medida do Senado deve caducar. Se precisar de outra edição, podemos até pensar; mas, neste momento, eu não estou vendo uma demanda muito forte, ou uma medida para só contemplar quem já deu entrada. Depende um pouco da avaliação do BNDES, do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). Mas eu penso que o Brasil se saiu super bem nisso, muito bem. Não fez bravata, não ficou fazendo política ideológica de baixo nível.

Como foi a reunião do sr. e outros ministros no Palácio do Planalto hoje (ontem)?

O tema foi segurança pública, à luz do que tramita no Congresso: PEC da Segurança Pública, Lei do Devedor Contumaz, Lei Antifacção, lei sobre receptação. Fomos discutir um pouco esses diplomas legais - um dos quais há oito anos está tramitando no Congresso Nacional, lei importantíssima que pega o crime organizado pela lavagem de dinheiro.

Fizemos um balanço e há imperiosa necessidade de

que a União atue na segurança pública, que não está prevista na Constituição Federal. A PEC da Segurança Pública abre uma possibilidade grande de troca de informações, trabalho de inteligência, coordenação interfederativa.

Como se faz isso?

Tivemos o pacto federativo em torno da **reforma tributária**.

Já houve pacto federativo para construir o SUS. O Brasil sabe fazer pactos federativos.

E aí, ao invés da disputa político- partidária, você tem a operação federativa como política de Estado - o que dá consistência para a atuação do Estado brasileiro. Na segurança, está faltando um pacto federativo.

O mercado financeiro parece feliz: a Bolsa está batendo recordes, o dólar se acomodou.

O mercado está mais satisfeito com o governo do que o PT?

O PT melhorou comigo, embora sempre tenha sido legal. O PT é um mosaico de pensamentos críticos e eu gosto desse partido por causa disso. Você pode ser ministro, presidente, governador - você é tratado igual. Então, todo mundo fala.

E aí, obviamente, o que é notícia?

A crítica de um petista ao ministro da Fazenda. Não tenho problema com isso.

O sr. se preocupa de o mercado ficar nervoso com o pacote eleitoral para o ano que vem?

Não estou com pacote nenhum de gastos na mesa.

Mas já tem várias medidas em andamento, como o projeto da isenção das tarifas para os ônibus municipais.

O presidente me pediu para estudar o setor. Não tenho uma proposta, estamos fazendo uma radiografia. Quanto está entrando de tarifa? Quanto que está entrando de subsídio?

Quanto está entrando de valetransporte que as empresas pagam?

Quanto dos 6% do trabalhador?

Estamos fazendo um diagnóstico. Não vou fazer nada com pressa. (A isenção até R\$ 5 mil do) Imposto de Renda todo mundo dizia o seguinte: ou não faz ou vai

estourar as contas públicas. Eu falei: não vou fazer para estourar as contas públicas. Ou vai sair equilibrado ou não vai sair.

O que mais o sr. pode falar sobre o projeto de isenção da tarifa de ônibus?

Primeiro, não é para o ano que vem. Nem poderia fazer no ano que vem, porque tem legislação eleitoral. Mas o presidente pode (incluir) na sua plataforma política. Se tiver uma coisa bem desenhada, pode incorporar.

O trabalho que eu estou fazendo, se terminar a tempo, vai ser dada publicidade e cada candidato que se vire para assimilar ou não assimilar. Vamos tentar fazer uma proposta. No IR, eu não mandei a proposta antes de ter certeza de que era neutra (em termos fiscais). (A tarifa gratuita) Só será viável se for fiscalmente neutra. Senão, não vamos fazer. Não tenho espaço fiscal para isso. Não vou criar espaço fiscal para isso. E tem de ser uma coisa inteligente - como, na minha opinião, foi o Imposto de Renda.

O Bolsa Família pode ser reajustado no ano que vem?

Ninguém falou comigo sobre isso. Nós temos de olhar também os efeitos dos programas sociais sobre o mercado de trabalho.

Porque às vezes você está achando que está ajudando e está atrapalhando. As pessoas querem trabalhar, se desenvolver.

Então, tem de calibrar a distância entre o salário mínimo e o Bolsa Família. O último Caged deu 213 mil postos de trabalho e foram mais de 2 milhões de pessoas que saíram do Bolsa Família. Então, você vai construindo com inteligência os parâmetros corretos para que a pessoa não se sinta desassistida. Ela está em um País que não quer que ela passe fome, mas sabe que ela quer uma oportunidade.

O sr. conseguiu convencer o presidente Lula de que não quer disputar um cargo eletivo em 2026?

Não estou conversando ainda sobre isso, mas ele sabe da minha inclinação. Já há muito tempo, não é de agora. Foi no ano passado que falei para ele que eu não tinha intenção de ser candidato em 2026.

O sr. vai estar aqui em maio do ano que vem, na Fazenda?

Eu não sei, não conversei com ele (Lula) ainda. Eu já falei que entreguei tudo aquilo que ele encomendou. O que ele encomendou, eu entreguei.

Por essa fala, está parecendo que o sr. já cumpriu a missão. O sr. pretende continuar ministro da Fazenda num eventual quarto mandato do Lula?

Não sei se eu tenho essa pretensão, vamos ver.

O que o sr. pode falar sobre as estatais, elas viraram um risco? O empréstimo de R\$ 20 bilhões com aval do Tesouro, pedido pelos Correios, não é muito arriscado?

É, e é por isso que o Tesouro está sendo muito criterioso em aceitar. Quer dizer, ou há um plano de reestruturação da empresa, e isso é possível, ou não há. A proposta da nova diretoria é de reestruturação, não é um Band-Aid. Botar o dinheiro, pagar as contas, não é isso.

Estão, inclusive, em um processo de negociação lento.

Como o sr. vê a deterioração das estatais?

Tem uma parte disso (déficit) que é investimento, mas você sabe como é a contabilidade das estatais. Na questão dos Correios, não é isso.

Tem alguma outra que preocupe?

Tem uma decisão para se tomar sobre a Eletronuclear. É um investimento feito nos anos 70, e muito problemático, que se agravou com a venda da Eletrobras.

E a visão da Fazenda, qual é?

Termina a obra de Angra 3?

Não vou antecipar, mas estamos firmando um posicionamento para levar para o presidente Lula, meio que definitivo.

Penso que pode ter uma convergência de vários atores do governo. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudança no preço de referência do petróleo divide setor e governo

A mudança no preço de referência do petróleo, prevista na medida provisória da reforma do setor elétrico, tem gerado divergências entre agentes do setor de óleo e gás e até mesmo dentro do governo. Enquanto refinarias privadas, municípios produtores de petróleo e Ministério da Fazenda defende, a manutenção da proposta, que tem potencial para elevar a arrecadação federal, a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Casa Civil e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) tendem a sugerir o veto da mudança, apurou o Valor.

O preço de referência do petróleo é um valor calculado pela ANP que serve como base para a cobrança de royalties e outras participações governamentais, não sendo o preço de venda do barril. Com a decisão do Congresso, esse preço poderá ser definido de duas maneiras: a partir de cotações realizadas por agências de informações de preços internacionais com base nos preços médios de comercialização ou regulamentado por decreto presidencial. A decisão sobre o que prevalecerá caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem até o dia 24 de novembro para sancionar o texto.

Em nota técnica ao MME, a ANP recomendou a rejeição da medida que redefine o cálculo do preço do petróleo para pagamento de royalties. No documento, obtido pelo Valor, a agência argumenta que a nova sistemática é inexequível, pois desconsidera a diversidade dos petróleos nacionais, depende de dados restritos de poucas agências privadas e rompe a coerência do modelo de participações governamentais "Além disso, gera insegurança jurídica, eleva o risco de judicialização e pode reduzir a arrecadação de royalties e participações especiais", afirma.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) também vem manifestando preocupação com a alteração nas regras. A avaliação é que a proposta

pode afastar investimentos e resultar em perdas de arrecadação.

"A crítica de que o preço de referência está abaixo do mercado é infundada. Se o estivesse, a arrecadação com royalties e participação especial estaria sendo abaixo do mercado, a União estaria perdendo a

arrecadação, só que isso não confere com a realidade", afirma o diretor de Exploração e Produção do IBP, Cláudio Nunes. Em sua avaliação, caso a mudança prevaleça, haverá desorganização do setor e possíveis consequências judiciais.

Defensores da mudança nas regras contestam a conclusão. A avaliação é que o artigo previsto na MP não substitui integralmente o modelo vigente, mas prevê três métodos distintos para cálculo do preço: o preço de cotação, a metodologia de preço de transferência alinhada à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o próprio preço de referência da ANP.

Na visão da Refina Brasil, entidade, que representa as refinarias privadas, Evaristo Pinheiro, a medida

incentivará as petroleiras a venderem o petróleo bruto para refinarias no Brasil, em vez de exportar o insumo. Além disso, alegam que a medida deve ampliar a arrecadação da União, dos Estados e dos municípios produtores, com projeção de um ganho adicional de cerca de R\$ 83 bilhões nos próximos anos.

Segundo a entidade, o preço "artificialmente baixo" atual corrói a base de cálculo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), esvaziando cofres públicos. Estados e municípios também deixam de arrecadar parte significativa dos royalties e participações.

O presidente da entidade argumenta que a proposta aprovada

pelo Congresso corrige uma distorção, uma vez que estudos mostram que os preços calculados pela ANP sempre estiveram abaixo do preço de mercado. "A medida prevista na MP inaugura uma política de refino no Brasil. O Brasil não conta com isso hoje. As poucas refinarias que existem no Brasil, elas existem apesar da situação atual", afirma. De acordo com o executivo, o acesso ao petróleo bruto, sem a necessidade de importação, é um estímulo para destravar novos investimentos no segmento.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também se posicionou a favor da medida. A entidade endossa o discurso de que a alteração corrige distorção no cálculo de royalties e participações, "que

atualmente resultam em valores subavaliados e perda arrecadatória significativa".

A desoneração para baterias incluída na MP entrou, inclusive, no debate sobre a mudança do preço de referência do petróleo. A MP inclui os sistemas de armazenamento de energia no Regime Especial

de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

Para integrantes da ala econômica da União, a receita adicional estimada com a nova regra compensaria a perda gerada pela desoneração. O entendimento, contudo, não é unanimidade no governo. Alguns técnicos avaliam que as medidas não estão relacionadas, pois a lei que regulamentou a **reforma tributária** preservou o Reidi já adaptado ao novo sistema.

Para eles, como o Reidi continuará em vigor mesmo a partir de 2027, bastará manter a previsão de renúncia no Orçamento nos próximos anos, como já consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026. Dessa forma, o governo aproveita a renúncia já existente para viabilizar o benefício às baterias, sem necessidade de nova compensação. Além disso, técnicos do Executivo ressaltam que a compensação fiscal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal só pode ser feita com renúncia tributária, não abrangendo receitas como royalties e participações especiais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Sem veto, reforma tributária renovará injustiça (Artigo)

Beto Simonetti

A isenção do Imposto de Renda (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês é justa, necessária e precisa ser sancionada pelo presidente Lula o quanto antes. Uma vez efetivada, a nova legislação corrigirá a tabela do IRPF - medida que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem cobrado, desde 2014, por meio de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.096, com o objetivo de fazer justiça a milhões de trabalhadores, inclusive às advogadas e aos advogados brasileiros, que são o foco de atuação da entidade.

Da forma como foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, no entanto, o texto do projeto enviado para sanção presidencial viabiliza a ampliação da faixa de isentos por meio de uma nova cobrança, injusta e ilegal, vinculada à distribuição de lucros e dividendos e aplicada às pessoas físicas. Esse trecho do projeto precisa ser vetado para impedir que uma injustiça (a defasagem da correção da tabela) seja renovada com o cometimento de outra (a penalização dos profissionais liberais). As duas situações prejudicam uma quantidade enorme de trabalhadores e, por consequência, o crescimento e o desenvolvimento do país.

O texto do projeto que foi enviado ao Palácio do Planalto trata de maneira uniforme situações que, em sua essência, são desiguais. Por um lado, os acionistas de empresas auferem rendimentos a partir do capital investido, sem se expor à possibilidade de serem responsabilizados pessoalmente pelos atos praticados pela pessoa jurídica. Por outro lado, de modo muito diferente, os profissionais liberais, como é o caso das advogadas e dos advogados, vivem de seu trabalho intelectual - e o fazem sob rígida regulação, com responsabilidade pessoal e patrimonial pelos atos profissionais que praticam, mesmo quando estão organizados sob a forma de sociedade advocatícia.

A advocacia convive com uma realidade econômica marcada pela irregularidade e pela postergação do recebimento da renda. Parcela significativa dos rendimentos é percebida sob a forma de honorários de sucumbência (devidos ao final do processo pela parte vencida) ou de honorários contratuais de êxito (pagos

pelo cliente em razão do sucesso em determinada demanda). Os profissionais recebem uma grande parte da sua remuneração apenas no fim de processos que duram, em média, de sete a dez anos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Muito frequentemente, os períodos que consumam êxitos de valores mais elevados são precedidos por longos anos de retirada mínima, justamente em função dessa dinâmica não linear da remuneração da advocacia. Assim, aplicar de forma uniforme a tributação mínima de 10% sobre esses honorários - tratando-os como se fossem uma renda ordinária concentrada em um único ano - significa distorcer a própria noção de capacidade contributiva.

Por todos esses motivos, a Ordem dos Advogados do

Brasil apoiou a emenda 120, que foi apresentada pelo senador Jorge Seif (PL-RJ), propondo distribuir a tributação desses rendimentos de acordo com os anos a que se referem, preservando a progressividade e a justiça fiscal. Trata-se de uma solução inspirada em sistemática já existente na legislação do IRPF para caso análogos - a dos chamados Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) - e que se justifica pelos mesmos fundamentos: evitar que rendimentos acumulados ao longo de vários anos sejam tributados como se tivessem sido auferidos em um único exercício.

Esse aperfeiçoamento não cria privilégios. Ele apenas reconhece, com base em premissas legais e constitucionais consolidadas, que a renda do trabalho intelectual não se comporta como a renda do capital. O mesmo Estado que protege, por exemplo, a isenção dos produtores rurais em razão de suas peculiaridades deve, com idêntica sensibilidade, reconhecer as especificidades das profissões liberais.

Cabe ao presidente da República vetar os trechos inadequados do projeto e ao Congresso viabilizar o aperfeiçoamento necessário à **reforma tributária**. É preciso reconhecer as premissas legais e constitucionais já consolidadas que diferenciam a renda do trabalho intelectual da renda do capital. O mesmo Estado que protege a isenção dos produtores rurais em razão de peculiaridades deve, com idêntica sensibilidade, reconhecer as especificidades das profissões liberais.

Outro aspecto que afeta diretamente a advocacia e o setor produtivo como um todo é a regra que exige que os lucros apurados até 31 de dezembro de 2025 tenham sua distribuição deliberada até essa mesma data, sob pena de incidência da nova tributação. Trata-se de dispositivo inexecutável porque o balanço do exercício de 2025 só poderá ser concluído em 2026. Se ele for mantido, vai provocar insegurança jurídica e uma inevitável onda de judicialização. Esse ponto precisa receber veto para assegurar a efetividade da nova lei.

A OAB e a advocacia têm trabalhado em prol da correção das distorções que há décadas corroem o poder de compra da classe média e tornam o sistema tributário brasileiro regressivo. A **reforma tributária** apresenta, portanto, uma ótima oportunidade de modernizar o sistema de tributação da renda e de torná-lo mais justo e racional. Mas isso só será possível se a lei respeitar os princípios que a inspiram: isonomia, proporcionalidade e capacidade contributiva. A advocacia brasileira está pronta para contribuir com esse debate, em favor de um sistema tributário que, de fato, promova a justiça fiscal - e não busque apenas e tão somente a arrecadação.

Beto Simonetti é advogado e presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Brasil prevê resposta rápida dos EUA sobre tarifaço

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS E ELIANE OLIVEIRA*

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou na noite de ontem que o secretário de Estado americano, Marco Rubio, sinalizou que a Casa Branca deve responder a uma proposta do Brasil sobre o tarifaço imposto às exportações brasileiras "amanhã (hoje) ou na próxima semana". O chanceler se reuniu com Rubio no Canadá e em Washington nos últimos dois dias.

Segundo Vieira, a proposta brasileira foi apresentada em uma reunião técnica de alto nível com o representante de Comércio dos EUA (USTR), Jamieson Greer, no início do mês. A proposta solicita o que o Itamaraty chama de acordo temporário, no qual o tarifaço seria suspenso por dois ou três meses, enquanto as negociações prosseguirem.

-Estou chegando agora de uma reunião do Departamento de Estado, que durou 50 minutos, com o secretário de Estado, no qual discutimos as questões bilaterais correntes, a questão dos **impostos**, do comércio bilateral -disse Vieira a jornalistas em Washington.

Segundo ele, a resposta será rápida:

- Apresentamos propostas para a solução da questão.

É uma resposta à primeira lista de temas que nos apresentaram quando estive aqui em 16 de outubro. Estamos esperando que eles nos respondam. O secretário de Estado (Marco Rubio) disse que estão examinando com toda a atenção e todo o tempo, que querem resolver rapidamente as questões bilaterais com o Brasil e que a resposta virá muito rapidamente, amanhã ou na próxima semana.

CAFÉ NÃO FOI DISCUTIDO

O chanceler disse ainda que Rubio afirmou que o presidente Donald Trump teria interesse em "virar a página" do tarifaço e melhorar a relação com o Brasil:

-Ele (Rubio) disse, inclusive, que comentou com o presidente Trump que iria se reunir comigo, e que o presidente manifestou a intenção de resolver rapidamente, de manter uma boa relação com o Brasil. (Donald Trump) disse que gostou muito da reunião

que teve com o presidente Lula na Malásia e reafirmou o que tinha sido proposto já nas reuniões técnicas que é se chegar a um acordo provisório até o final deste mês ou o princípio do mês que vem, que estabelecesse o mapa do caminho para uma negociação que poderia durar dois ou três meses para concluir todas as questões.

Perguntado por jornalistas se ele teria discutido com Rubio a questão do café, Vieira respondeu:

-Nós discutimos um marco geral, não discutimos questões específicas, porque inclusive esse canal de diálogo, como foi estabelecido entre os dois presidentes da Malásia, é um diálogo político, de nível político, para abrir os caminhos e as portas para um acordo, e para isso há as negociações. E as negociações técnicas são realizadas de forma virtual ou presencial, quando for necessário.

Depois da reunião, Rubio publicou na rede social X que discutiu com Vieira "questões de mútua importância e uma estrutura recíproca para a relação comercial entre EUA e Brasil."

DÉFICIT COM EUA SALTA 341%

Para o chanceler brasileiro, a reunião "é uma demonstração do interesse do governo americano e do secretário de Estado de solucionar todas as questões ainda pendentes na relação com o Brasil e um sinal de dar a volta nessa página".

Os negociadores brasileiros têm pressa. Também ontem, o Ministério da Fazenda informou que, entre agosto e outubro, nosso déficit comercial com os EUA subiu para US\$ 4,7 bilhões, um salto de 341%, ou US\$ 3,6 bilhões, em relação ao mesmo período do ano passado, quando o saldo negativo fora de cerca de US\$ 1,1 bilhão.

O recuo de 24,9% nas exportações brasileiras para o mercado americano explica a ampliação do déficit. Os produtos atingidos pela tarifa de 50% -carne bovina, café, maquinaria, açúcar e madeira -sofreram as maiores quedas, entre 17,3% e 78,8% em valor exportado.

ACERTO COM ARGENTINA

A Argentina, por sua vez, firmou um acordo com os EUA para aprofundar a "cooperação bilateral em comércio e investimentos", de acordo com **comunicado** divulgado pela Casa Branca ontem. Isso representa uma vitória para o governo Javier Milei, aliado ideológico de Trump.

"Os países abrirão seus mercados um ao outro em produtos-chave", informou o **comunicado**. O texto diz ainda que a Argentina concederá "acesso preferencial de mercado para exportações de bens dos EUA", incluindo medicamentos, produtos químicos, máquinas, tecnologia da informação e dispositivos médicos.

Os EUA, por sua vez, removerão "tarifas recíprocas sobre certos recursos naturais indisponíveis". Além disso, os dois países se comprometeram a melhorar o acesso bilateral aos mercados de carne bovina.

*Com BloombergNews

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após ano de 'ajustes' em 2025, BB buscará elevar rentabilidade

Álvaro Campos e Lais Godinho De São Paulo

O Banco do Brasil deve ter um lucro em torno de R\$ 20 bilhões este ano, o que marcará o pior resultado desde 2020, quando a pandemia afetou fortemente o sistema financeiro. Pressionando por uma "tempestade perfeita" no agronegócio, que ainda deve afetar o quarto trimestre, o banco estima que uma estabilização nas provisões de crédito pode vir no início de 2026 e vai apostar em um crescimento mais forte da carteira de pessoa física - em especial o crédito consignado - para tentar elevar a rentabilidade para perto de 15% no próximo ano.

Em teleconferência com analistas, a CEO do BB, Tarciana Medeiros, afirmou que 2025 tem sido um ano de ajustes, marcado pela aceleração da inadimplência no agronegócio, mas que no fim de outubro o banco começou a fazer renegociações após a edição da Medida Provisória (MP) 1.314, que trata da reestruturação de dívidas de produtores rurais. "2025 é um ano de ajustes. A partir da execução disciplinada da estratégia, estamos atravessando essa turbulência", disse.

O vice-presidente de riscos, Felipe Prince, afirmou que o número de recuperações judiciais (RJ) no agronegócio voltou a crescer no terceiro trimestre. Ainda assim, ele comentou que o banco espera um arrefecimento desse movimento, em função da MP 1.314, que pode ser utilizada pelos produtores, desde que eles não estejam em RJ. Segundo o BB, só com as RJs foi preciso provisionar quase R\$ 1,3 bilhão no trimestre.

A MP 1.314 disponibiliza até R\$ 12 bilhões para renegociações de produtores rurais afetados por desastres climáticos. Desse total, o BB ficou inicialmente com R\$ 4,3 bilhões e, segundo o vice-presidente de agro, Gilson Bittencourt, esse volume por enquanto parece suficiente. Se o banco perceber, lá na frente, que poderia utilizar uma parcela maior desses recursos controlados, poderia tentar negociar alguma composição com os outros bancos que fazem parte do programa.

Além desses R\$ 4,3 bilhões com recursos controlados, o BB pretende fazer mais cerca de R\$ 20 bilhões em renegociações no âmbito da MP, mas com recursos livres. Nesse caso, o banco se beneficia de um funding

mais barato, ao poder usar nessa equação **impostos** diferidos. De qualquer forma, o banco explicou que o total de R\$ 24 bilhões (R\$ 20 bilhões de recursos livres e R\$ 4,3 bilhões de controlados) é uma primeira meta. "Esses R\$ 24 bilhões podemos renegociar com benefício de capital, mas não existe uma limitação, se percebemos que tem produtos, tem operações, o saldo pode ultrapassar esse volume", explicou Bittencourt.

O vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, apontou que o agro vive uma tempestade perfeita e que ainda assim o banco tem conseguido passar por esse cenário mantendo um lucro forte e um ROE de quase dois dígitos. "Da última vez que tivemos uma situação parecida, lá pelos idos de 1994, foi preciso fazer uma capitalização no banco."

Enquanto isso, os casos corporativos que exigiram provisões adicionais no trimestre são pontuais e não representam deterioração ampla do crédito, segundo Prince. Ele afirmou que a decisão de provisionar integralmente decorreu da baixa probabilidade de recuperação. "São casos específicos onde a gente entendeu que a possibilidade de recuperação era muito baixa e por isso optamos por provisionar integralmente esses créditos. É uma questão pontual, não diz respeito a nenhuma crise ou interferência no mercado de capitais

ou no mercado de crédito." O executivo afirmou ainda que não vê novos riscos relevantes no segmento corporativo até fim deste ano.

Mesmo com a MP e o início do próximo Plano Safra, em meados de 2026, o BB estima que a carteira agora deve terminar o próximo ano muito perto do patamar atual, de R\$ 400 bilhões. Segundo Medeiros, a sinalização de que o banco pretende crescer mais no portfólio de pessoa física (PF) no próximo ano não significa redução de foco nos segmentos de agronegócio e pessoa jurídica (PJ). "Falar que vamos crescer mais a carteira de pessoas físicas não quer dizer que a gente não vai emprestar para o agro e não vai emprestar na PJ".

Tobias adiantou ainda que o banco manterá "payout" de 30%

em 2026. Além do crescimento da carteira, há uma

série de normas regulatórias e outros itens que devem afetar a base de capital do banco em 1 ponto porcentual. Ele ressaltou, porém, que a possibilidade de dividendo extraordinário não está descartada. "A gente pode até mesmo falar de pagamento de dividendos extraordinários, mas, por enquanto, a nossa política vai ser essa, de 30% de payout."

Para os analistas, os resultados do BB devem continuar bastante pressionados e ainda não está claro se os números do banco já atingiram o fundo do poço e quando será o momento de inflexão. O Citi cortou sua recomendação para BB de "compra" para "neutra", com o preço-alvo passando de R\$ 29 para R\$ 23. Para eles, apesar das maiores provisões,

o índice de cobertura diminuiu, enquanto a qualidade dos ativos de pessoas físicas (cartões de crédito) também se deteriorou. "Acreditamos que a segunda revisão negativa das projeções para 2025 indica baixa visibilidade para os próximos trimestres, e que o impacto das renegociações levará tempo para contribuir positivamente para os resultados."

A XP vai na mesma linha. "Embora vejamos as ações BBAS3 negociando a múltiplos preço/valor contábil aparentemente atrativos, a combinação de recuperação lenta, baixo ROE [retorno sobre o patrimônio] e 'dividend yield' [rendimento de dividendos] modesto nos leva a manter o rating 'neutro', enquanto aguardamos sinais mais claros de melhora."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Fazenda ajusta previsão para PIB e inflação

Ruan Amorim e Giordanna Neves

O Ministério da Fazenda revisou para baixo em seu último Boletim MacroFiscal do ano a estimativa para crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 de 2,3% para 2,2%. Para 2026, a projeção de crescimento foi mantida em 2,4%. A informação foi divulgada nesta quinta-feira pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

A pasta também alterou de 4,8% para 4,6% a estimativa deste ano para a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para o ano que vem, a estimativa ficou em 3,6%.

Durante entrevista coletiva para esclarecer os dados, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que, apesar das incertezas que marcaram o ano, o governo encerra 2025 com um resultado muito próximo daquele que projetava, tanto para o **PIB** quanto para a **inflação**. Entre as incertezas, estava o incluindo o "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos.

"Eu acredito que, apesar de incertezas e eventos pontuais que passamos no ano de 2025, a nossa interpretação do ano prevaleceu. Crescimento entre 2,2% e 2,3% e **inflação** tem caminhado para ficar muito próximo do limite superior da meta de **inflação**", disse.

Ele afirmou que o resultado de 2025 está alinhado à estratégia delineada pelo Executivo desde o início do ano, que previa uma política econômica capaz de contribuir para a reancoragem da **inflação** enquanto promovia uma desaceleração gradual da atividade. Segundo Mello, essa combinação permitiu que o país chegasse ao fim do ano com uma taxa de crescimento próxima ao que se entende como o **PIB** potencial, sem sobressaltos ou movimentos disruptivos.

O secretário afirmou que, no início do ano, o mercado projetava para 2025 uma combinação de crescimento e **inflação** pior que a estimada pela SPE. Segundo ele, a Fazenda já previa que, após um 2024 de expansão mais forte e **inflação** pressionada pelos alimentos, 2025 teria um crescimento mais moderado, próximo ao potencial da economia, e uma **inflação** menor, convergindo gradualmente para a banda superior da meta. O cenário-base também incluía uma desaceleração relevante nos preços de alimentos.

Além dos resultados macroeconômicos alinhados à estratégia da Fazenda, ele afirmou que o governo também está entregando o desempenho fiscal prometido. Segundo o secretário, o resultado primário deste ano deve ficar próximo da meta de déficit zero. Para 2026, acrescentou, a expectativa da equipe econômica é de avanço tanto no crescimento quanto no resultado fiscal, acompanhado de uma **inflação** mais próxima do centro da meta de 3%.

"Nós sempre buscamos superar no ano seguinte o resultado do ano anterior. Continuamos trabalhando por crescimento superior ano que vem e resultado fiscal melhor, mas tudo isso combinado com desaceleração da **inflação**, que na nossa visão vai se aproximar mais do centro da meta, que é o objetivo que todos temos para **inflação**", comentou.

O intervalo de tolerância do IPCA é de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Crédito mostra sinais de desaceleração, e bancos adotam cautela com 2026

Álvaro Campos, Laís Godinho e Talita Moreira

Os quatro grandes bancos brasileiros apresentaram resultados díspares no terceiro trimestre, com Itaú Unibanco renovando recordes e Banco do Brasil (BB) enfrentando um momento difícil no agronegócio, enquanto Bradesco e Santander seguem em recuperação. Alguns fatores, no entanto, são comuns: a desaceleração mais forte do crédito, o aumento das provisões contra perdas e as incertezas sobre o que esperar de 2026. Embora a queda da Selic, prevista para o primeiro trimestre, deva trazer algum alívio, a perda de força da atividade e a disputa eleitoral deixam o cenário nebuloso.

O lucro líquido combinado dos quatro maiores bancos de capital aberto do país somou R\$ 25,875 bilhões entre julho e setembro, um recuo de 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

A carteira de crédito expandida desse conjunto de instituições financeiras chegou a R\$ 4,403 trilhões, o que representa alta de 7,1% em 12 meses e de 2,2% em relação a junho. O ritmo de crescimento do portfólio diminuiu, como já era esperado em um ambiente de Selic elevada e atividade em desaceleração.

Maior banco da América Latina em ativos, o Itaú viu o crescimento anual da sua carteira passar de 7,3% para 6,4% do segundo para o terceiro trimestre. No Bradesco, a desaceleração foi de 11,7% para 9,6%; no BB, de 11,2% para 7,5%; e no Santander, que pisou no freio antes dos rivais, houve um primeiro sinal de que o ciclo pode estar começando a virar, com o ritmo da carteira passando de 1,5% para 3,8%.

Em contraste com a desaceleração das operações, o custo do crédito subiu. As despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) aumentaram 31,6% frente ao terceiro trimestre de 2024, chegando a R\$ 42,157 bilhões na soma dos quatro bancos. O crescimento ofuscou a alta de 7% na margem financeira bruta combinada, que totalizou R\$ 91,665 bilhões.

O salto nas despesas com provisões reflete duas coisas. Uma delas é uma mudança nas normas contábeis neste ano, quando os bancos passaram a ter de fazer as provisões com base no conceito de

perdas esperadas. Algumas instituições financeiras já adotavam esse critério, mas outras, não, o que gerou um impacto. O outro fator um aumento do risco em si, que levou os bancos a reforçarem seus colchões contra inadimplência.

Os bancos sinalizaram que veem um ambiente de bastante incerteza no próximo ano.

O CEO do Itaú, Milton Maluhy Filho, afirmou que o banco ainda está trabalhando no orçamento de 2026 e não deu detalhes sobre o que esperar do desempenho da instituição. Porém, disse que um ano de eleições presidenciais tradicionalmente gera uma dose maior de cautela. Do ponto de vista macro, a aposta do executivo é em uma desaceleração da atividade e em um corte de 0,25 ponto percentual na Selic já em janeiro.

No entanto, segundo Maluhy, o bom momento do Itaú deve ajudá-lo a navegar em meio às incertezas. "Não estamos tendo dificuldade de encontrar oportunidades de crescer, especialmente nos segmentos de clientes que entendemos que são resilientes em um ciclo mais longo. O banco nunca esteve tão preparado para enfrentar os cenários, quaisquer que sejam. Essa capacidade de reação vale para os dois lados, seja para encontrar oportunidades e acelerar, ou se acharmos que é o momento de ser mais cautelosos", afirmou.

Depois de um 2025 em que aumentou a carteira de forma mais comedida, o Santander planeja crescer em algumas linhas no ano que vem e desacelerar em outras. No conjunto, a ideia é que haja expansão. "Vamos buscar, sim, crescer receita, não estamos desenhando um portfólio que fica estagnado", afirmou o CEO, Mario Leão.

O executivo admitiu que o banco adotou uma postura mais conservadora que o restante do mercado, e a expectativa é continuar nessa mesma linha diante do cenário macroeconômico difícil. "Não buscamos crescimento linear em todos os portfólios. Estamos crescendo mais em alguns negócios e reduzindo em outros, e essa gestão tem sido constante."

Esse também é o caso no Bradesco, em meio a um processo de reestruturação que começou no ano passado. O presidente do banco, Marcelo Noronha,

afirmou que o foco é crescer em "bons clientes" e em "boas modalidades de crédito", casos de consignado, imobiliário, e linhas para micro, pequenas e médias empresas. "A gente está bem tracionado onde quer, com o cliente desejado", disse.

A postura mais austera dos bancos, junto com uma economia mais resiliente do que se esperava no início do ano, ajuda a explicar por que a inadimplência não tem aumentado tanto neste ciclo de crédito. Mesmo com a Selic em 15% ao ano e o alto endividamento das famílias, o desemprego baixo ajuda a manter o risco sob controle.

No caso das carteiras de pessoa jurídica, o fato de as grandes empresas terem conseguido se financiar nos mercados de capitais a taxas muito baixas entre 2020 e 2021 e a forte demanda dos investidores por renda fixa (sobretudo papéis incentivados) são fatores que as têm ajudado a atravessar este momento, embora o período prolongado de juro nas alturas pressione as companhias mais alavancadas.

No terceiro trimestre, diversos bancos registraram provisões para "casos específicos" na carteira de crédito corporativa. Nenhum deles citou nomes, mas entre as empresas com dificuldades nos últimos meses estão nomes como Ambipar, Braskem e Raízen. Seja como for, os executivos afirmaram se tratar de situações pontuais e descartaram uma crise de crédito.

Para Noronha, do Bradesco, os casos problemáticos são conhecidos e não devem surgir novos nomes. Entre companhias médias pode haver novidades, mesmo de nomes listados em bolsa, mas dentro da normalidade. "Não vejo crise de crédito, de jeito maneira. No 'middle' pode ter alguns casos novos, mas isso é normal", afirmou.

A situação é um pouco diferente para o Banco do Brasil, que atravessa uma condição específica, pressionado pelo agronegócio. Uma onda de recuperações judiciais entre grandes produtores fez as provisões do BB saltarem e derrubou o lucro da instituição para o menor nível desde o fim de 2020.

A presidente do banco, Tarciana Medeiros, classificou 2025 como um ano de ajuste. A meta para 2026, na instituição, é retomar a trajetória de rentabilidade, com o ROE voltando para perto de 15% - ante 8,4% no terceiro trimestre. Ainda assim, o cenário tem um elevado grau de incerteza. A ideia é manter os dividendos em 30% e ver como o negócio se desenvolve.

Segundo Medeiros, as perspectivas para este ano foram frustradas por "uma situação totalmente atípica

no segmento agro".

O vice-presidente financeiro do BB, Geovanne Tobias, disse que o aumento da participação relativa da carteira de pessoa física deve melhorar o mix de crédito e contribuir para a trajetória de rentabilidade. "Aumentando essa participação relativa da carteira de pessoas físicas vai melhorar o nosso mix, vai trazer mais retorno para o banco e ajudar a retomar a trilha de melhora de rentabilidade em 2026."

Se o lado das receitas tende a estar mais pressionada no próximo ano, um fator que pode ajudar na rentabilidade dos bancos é a contenção de gastos. Com a digitalização impulsionada desde a pandemia e a competição com os "players" digitais, os incumbentes passaram a reduzir o número de agências. Noronha afirmou que o Bradesco fechou 1,6 mil pontos de atendimento físico em um ano, acima da meta, e deve fechar mais quase mil nos próximos 12 meses.

Segundo Leão, do Santander, a redução do número de agências não é feita para diminuir despesas, mas para adequar a infraestrutura física do banco às novas demandas dos clientes, que hoje usam muito mais os canais digitais. O executivo não descartou novos fechamentos. "Vamos seguir com a agenda de eficiência e isso, eventualmente, deriva para a redução de processos, agências, pessoas", disse.

Por enquanto, as despesas operacionais continuam elevadas em algumas instituições, pressionadas por investimentos em tecnologia. No terceiro trimestre, os gastos administrativos e com pessoal dos quatro bancos totalizaram R\$ 52,581 bilhões, um aumento de 6,4% em relação ao mesmo período do ano passado - acima, portanto da inflação em 12 meses.

A expectativa, no entanto, é que o uso mais intensivo de inteligência artificial (IA) gere ganhos de eficiência. Os bancos têm testado a tecnologia em centenas de projetos em todas as áreas - para auxiliar a codificação, agilizar a análise de documentos, fortalecer o combate a fraudes, sugerir investimentos, personalizar ofertas e atender clientes via chatbot, entre outros.

A IA pode até ajudar a atender, de maneira rentável, públicos de mais baixa renda. "Houve um processo de digitalização relevante dos clientes ao longo dos últimos anos e a nova tecnologia permite a gente atender esses clientes de um jeito diferente. Coisas que a gente não conseguia fazer no passado, hoje consegue fazer porque a escala não se dá mais pelo volume e capacidade de processamento dos mainframes. Ela se dá muito mais por ter uma tecnologia de ponta que te entrega um custo de servir

muito baixo", disse Maluhy.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>